



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
Nº PP- 003/2018 - SEJUV

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM EM DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS A SEREM EXECUTADOS POR OCASIÃO DA REALIZAÇÃO DE COMPETIÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE DO ESPORTE E JUVENTUDE - SEJUV DO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA - CE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADE CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

2018



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº PP-003/2018 - SEJUV

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM EM DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS A SEREM EXECUTADOS POR OCASIÃO DA REALIZAÇÃO DE COMPETIÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE DO ESPORTE E JUVENTUDE - SEJUV DO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA - CE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADE CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

ORIGEM DA LICITAÇÃO: Secretaria de Esporte e Juventude (SEJUV).

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM.

LOCAL DO PREGÃO: Sala da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de MORADA NOVA, situada à Avenida Manoel de Castro, nº. 726, Centro, MORADA NOVA, Ceará.

DATA E HORA PARA RECEBER, ABRIR E EXAMINAR PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO DE EMPRESAS QUE PRETENDAM PARTICIPAR DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PP-003/2018 - SEJUV, em 20 de agosto de 2018, às 09:00 horas (horário local).

PREÂMBULO

Este procedimento licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 - Lei que Regulamenta o Pregão, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterados pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, Decreto nº 5.450, de 31/05/2005 e tem como subsidiária a Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores - Lei de Licitações, da Lei nº 8.078, de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor, Decreto nº 6.204/07, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, Lei Federal nº 155/2016, de 27 de outubro de 2016, Lei Federal 12.440 de 07 de julho de 2011 que altera o título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho e demais normas pertinentes e, ainda, pelas disposições estabelecidas no presente edital e seus anexos.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA** torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregoeiro, Sr. JORGE AUGUSTO CARDOSO DO NASCIMENTO, nomeado pela Portaria nº 024/2017, de 02 de Janeiro de 2017, e assessorado pelos servidores: ADRIANO LUIS LIMA GIRÃO (Equipe de Apoio) e WALLISON RABELO CRUZ (Equipe de Apoio), nomeada através desta mesma Portaria, juntada ao processo administrativo de que trata esta licitação, receberá e abrirá no horário, data e local acima indicados, as **PROPOSTAS DE PREÇOS** e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, referentes à licitação objeto deste instrumento, para a escolha da proposta mais vantajosa, observadas as normas e condições do presente Edital.

As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

R



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**



Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM EM DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS A SEREM EXUCUTADOS POR OCASIÃO DA REALIZAÇÃO DE COMPETIÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE DO ESPORTE E JUVENTUDE - SEJUV DO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA - CE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADE CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

1.2 CONSTITUEM ANEXOS DO EDITAL E DELE FAZEM PARTE INTEGRANTE

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Minuta do Contrato

ANEXO III - Ficha de Credenciamento

ANEXO IV - Declaração de Habilitação

ANEXO V - Declaração de Fatos Supervenientes

ANEXO VI - Declaração que não emprega menor de 18 anos

ANEXO VII - Modelo de declaração de enquadramento em regime de tributação

ANEXO VIII - Modelo de Proposta

ANEXO IX - Declaração de Inexistência de Vínculo empregatício com o Município de Morada Nova

1.3. DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO

1.3.1. O presente procedimento de licitação seguirá o seguinte trâmite em fases distintas:

1.3.2. Credenciamento dos licitantes, conforme subitem deste edital;

1.3.3. Recebimento de envelopes contendo as "Propostas de Preços" e os "Documentos de Habilitação";

1.3.4. Abertura das Propostas de Preços apresentadas, verificação e classificação inicial;

1.3.5. Lances Verbais entre os classificados;

1.3.6. Habilitação do licitante melhor classificado;

1.3.7. Recursos;

1.3.8. Adjudicação;

1.3.9. Homologação;

1.3.10. Contratação.

2. DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1.1 - Poderão participar do presente Pregão, toda e qualquer firma individual ou sociedade regularmente estabelecida no País, que seja especializada e credenciada nos referidos serviços objeto deste certame e que satisfaça a todas as exigências do presente Edital, especificações e normas, de acordo com os anexos relacionados.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



2.2 - DAS RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.2.1- Não poderá participar da licitação pessoa jurídica que estejam cumprindo penalidade de Suspensão Temporária para licitar ou contratar imposta por órgão/entidade deste Município ou declaradas inidôneas por força da Lei de Licitações e suas alterações posteriores;
- 2.2.2 - Não será admitida a participação de empresa sob a forma de Consórcios ou grupo de empresas e com falência decretada;
- 2.2.3 - Não poderá participar empresas que estejam incluídas no Cadastro de Inadimplência da Fazenda Pública Estadual - CADINE, nos termos do art. 3º, da Lei nº 12.411, de 02.01.95 e do seu Decreto Regulamentador nº 23.661, de 20.04.95;
- 2.2.4 - Quando um dos sócios representantes ou responsáveis técnicos da Licitante participar de mais de uma empresa especializada no objeto desta Licitação, somente uma delas poderá participar do certame licitatório;
- 2.2.5- Não poderá participar do certame pessoa jurídica que estiver sofrendo penalidades impostas por qualquer órgão/entidade da Administração Pública Municipal motivadas pelas hipóteses previstas no art. 88 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. Para o **CREDENCIAMENTO**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- 3.1.1. Ficha de Credenciamento, devidamente preenchida conforme modelo do **Anexo III** deste edital, condicionando toda e qualquer comunicação entre o pregoeiro e licitantes através do endereço eletrônico informado no respectivo anexo, onde deverá ser indicado, expressamente, o nome da pessoa credenciada, com os respectivos RG e CPF;
- 3.1.2. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a Ficha de Credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.
- 3.1.3. Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- 3.1.3.1. Documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;
- 3.1.3.2. Inscrição de ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;
- 3.1.3.3. Decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- 3.2. Tratando-se de pessoa física, cédula de identidade ou outro documento equivalente, com fotografia.
- 3.2.1. Tratando-se de procurador, o instrumento de **procuração específica pública ou particular (COM NUMERAÇÃO DO CERTAME)**, esta última com firma reconhecida do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento que comprove os poderes do mandante para a outorga (**contrato social ou documento equivalente**);
- 3.2.2. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante fazer-se representar pelo credenciado em todas as sessões públicas referentes à licitação.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



3.2.3. Cada licitante somente poderá credenciar 01 (um) representante legal na licitação e, conseqüentemente, cada credenciado representará somente 01 (um) licitante.

3.2.4. No caso de substituição do representante credenciado, a licitante deverá apresentar pedido formal nesse sentido, o qual, em sendo o caso, deverá se fazer acompanhar dos documentos previstos nas cláusulas acima.

3.3. Não poderá um representante legal ou um procurador representar mais de uma empresa.

3.4. No caso de licitante este deverá comprovar a condição de representante legal, através de cópia autenticada de seu contrato social ou procuração com poderes específicos para referido ato.

3.5. Apresentar Declaração de Habilitação, constante do **Anexo IV** do Edital.

3.5.1. Apresenta Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação, **Anexo VII** do Edital, se for o caso.

Parágrafo Primeiro: Estes documentos (originais ou cópias) deverão ser entregues fora dos envelopes, para que possam ser analisados no início dos trabalhos, antes da abertura dos envelopes "Propostas de Preços". No caso de cópias, deverão ser autenticadas por tabelião, pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio, à vista do original.

Parágrafo Segundo: Quem prestar declaração falsa no documento de que trata os itens anteriores, sujeitar-se-á às penalidades previstas na legislação.

3.6. DA PARTICIPAÇÃO DAS MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

3.6.1. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, Alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de Agosto de 2014, para que estas possam gozar dos benefícios previstos nas referidas Leis é necessário, à época do CREDENCIAMENTO, manifestação de cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do Artigo 3º do referido diploma legal, por meio da Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que deverá ser feita no próprio formulário de credenciamento conforme modelo disposto no **ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO - (ME ou EPP)**, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.

3.6.2. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) que possua restrição fiscal, quanto aos documentos exigidos neste certame, deverá apresentar a declaração de que trata o item supra, fazendo constar em tal documento também a declaração de que consta a restrição fiscal e que se compromete em sanar o vício, conforme dispõe a Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.

3.6.3. A participação de empresas classificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), que tenham declarado possuir restrição fiscal conforme o item acima, somente será permitido caso tais empresas tenham manifestado, no ato de credenciamento, a condição de enquadramento como ME ou EPP, conforme dispõe o Item 3.6.1. deste capítulo.

3.6.4. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação na licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição:

3.6.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às mesmas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais

2



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**



certidões negativas ou positivas, estas com efeito de negativa (art. 43, parágrafo primeiro da LC 147/14);

3.6.6. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem supra, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação (art. 43, parágrafo segundo da LC 147/14);

3.6.7. As microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar ao Pregoeiro antes de exercer o direito de preferência previsto na Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006 os documentos:

I. Empresas OPTANTES pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006:

a) comprovante de opção pelo Sistema nacional obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://receita.fazenda.gov.br/simplesnacional>;

b) declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do artigo 03 da Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006;

II. Empresas NÃO OPTANTES pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006;

a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício - DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 03 da Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006;

b) Cópia da Declaração de Escrituração Digital- SPED;

c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

d) Cópia do contrato Social e suas alterações;

e) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa de não haver nenhum impedimento previstos nos incisos do § 4º do Artigo 03 da Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006;

3.7. Quem prestar declaração falsa no documento de que trata os itens anteriores, sujeitar-se-á às penalidades previstas na legislação.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

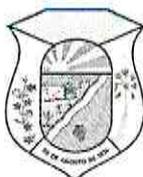
4.1. A Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação deverão ser apresentadas no local, dia e hora determinados no edital, em envelopes separados, devidamente fechados e rubricados no fecho, assim denominados:

a) **Envelope n.º 1: Proposta de Preços; e**

b) **Envelope n.º 2: Documentos de Habilitação.**

4.2. Os envelopes deverão conter, em suas partes externas, os seguintes dizeres:

<p>ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇOS PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA PREGÃO PRESENCIAL Nº PP-003/2018 - SEJUV RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: _____ CNPJ Nº: _____</p>
--



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA
PREGÃO PRESENCIAL Nº PP-003/2018 - SEJUV
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: _____
CNPJ Nº: _____

4.3. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via original, na língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal do licitante proponente, contendo:

4.3.1. Indicação do nome e número do banco, agência e conta corrente para efeito de pagamento;

4.3.2. Preços unitário e total, conforme **Termo de Referência**, para todos os itens, em real, expressos em algarismo e por extenso, de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto desta licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

4.3.3. Em caso de divergência entre os preços unitário e total, será considerado o primeiro e entre os expressos em algarismo e por extenso, prevalecerá o último;

4.3.4. Declaração expressa de que nos preços contidos na proposta escrita e naqueles que, porventura, vierem a ser ofertados por meio de lances verbais estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: impostos, taxas, fretes e outros.

4.4. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, forem omissas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e, ainda, proposta que apresente valores unitários simbólicos, ou irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestamente inexecutáveis.

4.5. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

4.6. As licitantes deverão cotar preço em todos os itens de cada lote;

4.7. O prazo de validade das propostas será de no mínimo **60 (sessenta) dias**.

5. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e Documentos de Habilitação, será pública, dirigida pelo Pregoeiro e realizada na data, horário e local determinados neste Edital.

5.2. Nos termos do item 2. deste Edital e com base no inciso IV do art. 11 do Decreto 3.555/2000, o interessado, ou seu representante legal, deverá comprovar possuir poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

5.3. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes, juntamente com declaração dos interessados ou de seus representantes, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, em conformidade com o inciso VII, art. 4º da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002.

5.4. Serão abertos os envelopes contendo as **Propostas de Preços**, cujos documentos serão lidos, conferidos e rubricados pelo Pregoeiro e pelos participantes que o desejarem.

R

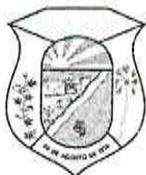


ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



6. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 6.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, para entrega no local determinado pela Administração.
- 6.2. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, o Pregoeiro classificará o licitante autor da proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**, e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, conforme disposto no inciso VI do artigo nº 11 do Decreto nº 3.555/2000.
- 6.3. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o mínimo de 03 (três), para que seus proponentes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas, conforme disposto no inciso VII, do artigo 11, do mesmo Decreto.
- 6.4. O empate entre dois ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as propostas escritas e quando não houver lances para definir o desempate, neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.
- 6.5. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo último classificado e prosseguindo-se com os demais licitantes em ordem decrescente de classificação.
- 6.6. Os lances verbais destinam-se a cobrir o lance do primeiro classificado, ou seja, tem de ser, obrigatoriamente, inferior a este, não sendo aceitos lances para igualar valores.
- 6.7. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.8. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço do item/lote e o respectivo valor estimado para a contratação.
- 6.9. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, exclusivamente pelo critério de menor preço, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.
- 6.10. Sendo aceitável a proposta classificada de menor preço, ou seja, em primeiro lugar, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação, para confirmação das suas condições habilitatórias, seja com base na documentação apresentada ou possuir CRC válido, emitido pela Prefeitura Municipal de MORADA NOVA que atenda aos requisitos previstos na legislação geral.
- 6.11. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus Anexos, será declarado pelo Pregoeiro o licitante vencedor, sendo-lhe adjudicado o lote.
- 6.12. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou o seu autor não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subseqüente, na ordem de classificação, até a apuração do licitante que atenda a todas as exigências do Edital, inclusive quanto à documentação de habilitação, o qual será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o lote.
- 6.13. O licitante declarado vencedor deverá apresentar ao Pregoeiro, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas** após o encerramento deste pregão, a proposta escrita de preços contemplando o lance final ofertado - **PROPOSTA CONSOLIDADA**.
- 6.14. As situações previstas nos subitens acima 6.8 e 6.9, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para tentar obter preço melhor.
- 6.15. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.
- 6.16. Será admitido apenas 01(um) licitante vencedor para cada lote.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**

6.17. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes.

6.18. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes.

Parágrafo Único: a empresa que não obedecer à cláusula 6.13 do edital sofrerá as penalidades constantes do art. 87, inciso III da Lei 8.666/93 e suas alterações.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os PROPONENTES deverão apresentar no **Envelope n.º2 – “Documentos de Habilitação”**, que demonstrem atendimento às exigências que são indicadas a seguir:

7.2. Declaração expressa, sob as penalidades cabíveis, afirmando a inexistência de fatos impeditivos para sua habilitação neste certame, garantindo ainda estar ciente da obrigatoriedade de informar acerca de ocorrências posteriores, conforme modelo de declaração constante do **Anexo V** deste Edital.

7.3. Declaração de que a empresa não mantém em seus quadros funcionais menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, insalubre, perigoso ou penoso, e menores de 14 (quatorze) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, **Anexo VI** deste Edital.

7.4. Apresentar Declaração de Inexistência de Vínculo Empregatício com o Município de Morada Nova assinada pelo(s) sócio(s) e/ou proprietário da empresa, conforme **Anexo IX** deste Edital.

7.5. Caso na autenticação conste expressamente que a mesma se refere ao verso e ao anverso do documento, a exigência referente à autenticação de todas as faces do documento fica sem validade.

7.6. Caso o documento apresentado seja expedido por instituição que legalmente e com regularidade permita a sua emissão e consulta pela Internet, o Pregoeiro poderá verificar a autenticidade deste através de consulta junto ao respectivo site.

7.7. Para a habilitação jurídica, o licitante deverá, nos documentos exigidos neste instrumento convocatório, demonstrar a compatibilidade dos seus objetivos sociais com o objeto da licitação, podendo ser através do CRC – Certificado de Registro Cadastral, emitido pela Prefeitura Municipal de MORADA NOVA.

7.8. O Certificado de Registro Cadastral poderá ser apresentado por licitante inscrito no Cadastro de Fornecedores do Município de MORADA NOVA, que substituirá os documentos referentes às habilitações jurídica e fiscal, exceto os documentos enumerados nos incisos III e IV do Art. 29 da Lei nº 8.666/93, desde que, quando da verificação pelo pregoeiro, seja constatado que a documentação exigida esteja devidamente regular, dentro do prazo de validade previsto para este certame e disponível no arquivo e controles do competente cadastro.

A) HABILITAÇÃO JURÍDICA

a.1) **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz, acompanhado da(s) cópia(s) do(s) CPF e RG do(s) sócio(s) da empresa.

a.2) **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** em vigor, devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência,



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**



apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz, acompanhado da(s) cópia(s) do(s) CPF e RG do(s) sócio(s) da empresa..

a.3) **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

a.4) **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

a.5) **REGISTRO NA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS**, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:

- I) Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 ao 21 da lei 5.764/71;
- II) Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa (diretoria e conselheiros), consoante art. 47 da lei 5.764/71;
- III) Ata de fundação da cooperativa;
- IV) Ata da assembléia que aprovou o estatuto social;
- V) Regimento interno com a Ata da assembléia que o aprovou;
- VI) Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembléia que os aprovou;
- VII) Editais das 03 últimas assembléias gerais extraordinárias.

a.6) **CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL**, no caso de licitante inscrita no Cadastro de Fornecedores do Município de MORADA NOVA, no seu prazo de validade, de acordo com o disposto no item 7.6.

I) O Certificado exigido acima é obrigatório somente para o licitante que queira substituir documento conforme o estabelecido no item 7.6.

B) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- b.1) Apresentar o **BALANÇO PATRIMONIAL** e demonstrações contábeis do último exercício social (2017), já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado na Junta Comercial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, o balanço deverá ser acompanhado dos termos de abertura e encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial - constando ainda, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, na forma do artigo 31, inciso I, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e, ou, no caso de empresa optante pelo simples nacional, declarada em credenciamento, poderá apresentar: cópia da Declaração de Informação Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS) de Pessoa Jurídica e respectivo recibo de entrega em conformidade com o programa gerador de documento de arrecadação o Simples Nacional;
- b.2) No caso de sociedade por ações, o balanço deverá ser acompanhado da publicação em jornal oficial, em jornal de grande circulação e do registro na Junta Comercial;
- b.3) No caso das demais sociedades empresariais, o balanço deverá ser acompanhado dos termos de abertura e encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial - constando ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acha transcrito por contador registrado no Conselho Regional de contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa;



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**

b.4) No caso de empresa recém-construída (há menos de 01 ano), deverá ser apresentado o balanço de abertura acompanhado dos termos de abertura devidamente registrado na Junta Comercial, constando no Balanço o número do Livro e das folhas nos quais se acha transcrito ou autenticado na junta comercial, devendo ser assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

b.5) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA OU CONCORDATA** expedida pelo distribuidor, ou distribuidores, se for o caso, da sede da pessoa jurídica.

I) No caso da licitante ser filial terá que apresentar as certidões de sua filial e matriz.

II) No caso de cooperativa, está dispensada a apresentação da Certidão exigida no item "b.5" acima.

C) REGULARIDADE FISCAL

c.1) CARTÃO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA – CNPJ;

c.2) PROVA DE INSCRIÇÃO junto à Fazenda Estadual ou Municipal ou documento de isenção;

c.3) PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL da sede ou filial do licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentarem **igualdade de CNPJ**.

I) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS À TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.

II) CERTIDÃO QUANTO À DÍVIDA ATIVA DO ESTADO, OU EQUIVALENTE, REFERENTE AO ICMS, EXPEDIDA PELA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO;

III) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELO SETOR COMPETENTE DO MUNICÍPIO DA SEDE DO DOMICÍLIO DO LICITANTE.

c.4) A prova de situação regular fiscal perante a Fazenda Nacional (CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO), alterada pela portaria conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014; encontrada no site: portconjuntaRFBPGFN18212014.htm.

c.5) CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRF) OU EQUIVALENTE, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial do licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.

c.6) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), da jurisdição da sede ou filial do licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.

c.7) Os documentos referentes à regularidade fiscal deverão apresentar **igualdade de CNPJ** ressaltando-se aquele que o próprio órgão emissor declara expressamente no referido documento que ele é válido para todos os estabelecimentos - sede e filiais da licitante.

c.8) Caso haja documentos redigidos em idioma estrangeiro, os mesmos somente serão considerados se forem acompanhados da versão em português firmada por tradutor juramentado.

c.9) As certidões de comprovação de regularidade, exigidas neste edital, que não apresentarem expressamente o seu período de validade, deverão ter sido emitidas nos **30 (trinta) dias anteriores à data de abertura do certame**.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



D) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

d.1) Apresentar pelo menos **01 (um) Atestado** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com timbre, comprovando aptidão pelo concorrente para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação.

E) DEMAIS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

e.1) Apresentar memorial fotográfico **Sede da empresa (fachada e partes internas)** e algum documento de água, luz, telefone, outros, que comprove o funcionamento da empresa a participante do certame.

e.1.1) A comprovação do documento terá que ser emitido com a mesma razão social da empresa, não serão aceitos documentos de comprovação de endereço emitidos em hipótese alguma em nome de pessoa física, mesmos estas sendo sócio(s) e ou Proprietário da empresa.

e.2) Alvará de Funcionamento emitido pelo órgão competente de cada Município da empresa proponente.

Parágrafo Primeiro: Estes documentos deverão ser apresentados em (originais ou cópias), no caso de cópias, deverão ser autenticadas por tabelião, pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio, à vista do original, não será admitido em hipótese alguma, documento com autenticação na forma eletrônica.

Parágrafo Segundo: Quem prestar declaração falsa no documento de que trata os itens anteriores, sujeitar-se-á às penalidades previstas na legislação.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

8.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório de Pregão.

8.1.1 Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**.

8.1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

8.2. A Impugnação Administrativa deverá ser apresentada por escrito, protocolada no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de MORADA NOVA, dirigido à Comissão Permanente de Licitação, com sede à Avenida Manoel de Castro, nº 726, Centro, MORADA NOVA, Ceará.

8.3. Não serão conhecidas as impugnações ao Edital interpostas após os prazos legais, bem como as que não forem apresentadas na forma estabelecida no subitem 8.2 deste Edital.

9. DOS PROCEDIMENTOS GERAIS

9.1. Os produtos/serviços deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa, com a aplicação das penalidades contratuais.

9.2. Caso a Licitante se recuse a executar o objeto contratual ou venha a fazê-lo fora das especificações estabelecidas, a Secretaria requisitante, poderá, independentemente de qualquer aviso ou notificação, rescindir o contrato e optar pela convocação dos demais Licitantes na ordem de classificação.

9.3. Não será permitido o uso de **aparelho celular durante a sessão** para consulta, lances e demais procedimentos relativos ao certame.

e



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



10- DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

10.1- A adjudicação desta licitação em favor do licitante, cuja proposta de preços ou lance, se houver, seja classificado em primeiro lugar, caso não haja interposição de recurso, é da competência do Pregoeiro, e, caso haja interposição de recurso, será só de responsabilidade da autoridade superior competente do órgão de origem desta licitação, que também promoverá a homologação.

10.2- No caso de interposição de recurso, sendo a adjudicação da competência da autoridade superior, competente do órgão de origem desta licitação, decidido o recurso, este homologará o julgamento do Pregoeiro e adjudicará o objeto ao vencedor.

10.3- A autoridade superior competente do órgão de origem desta licitação se reserva ao direito de não homologar ou revogar o presente processo, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e mediante fundamentação por escrito.

11- DO CONTRATO

11.1- O Município de MORADA NOVA, com a interveniência da SECRETARIA REQUISITANTE, assinará contrato com o vencedor desta licitação, no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, contados da data da convocação expedida por esse órgão, sob pena de decair do direito à contratação, podendo ser prorrogada somente uma vez, quando solicitado pela parte, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Contratante.

11.2- Caso o licitante vencedor se recuse injustificadamente a assinar o contrato ou não apresente situação regular no ato da assinatura do mesmo, a autoridade superior deverá extinguir os efeitos da homologação e da adjudicação através do ato de rescisão e retornará os autos do processo ao Pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11.3- O Pregoeiro retornará as atividades de seleção de melhor proposta e convocará outro licitante, observada a ordem de qualificação e classificação, para verificar a suas condições de habilitação, e assim sucessivamente.

11.4- O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida neste edital ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de MORADA NOVA e será descredenciado no cadastro do Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

12 - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

12.1 - O contrato terá um prazo de vigência até 31 de dezembro de 2018, podendo ser aditado nos casos previstos no art. 57 da Lei Federal no. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

13- DA FONTE DE RECURSOS

13.1 - As despesas decorrentes do contrato a ser celebrado com a licitante vencedora, correrão por conta da **Dotação Orçamentária**: nº 1901 27 812 0616 2.052 - Gestão e Manutenção da Secretaria do Esporte e Juventude - SEJUV; **Elemento de Despesa**: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; com recursos diretamente arrecadados ou transferidos da Prefeitura Municipal de Morada Nova, consignados no Orçamento de 2018.



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**



14- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

14.1- Não haverá reajuste de preços, podendo ocorrer revisão dos mesmos na hipótese de ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis durante a gestão contratual, bem como ocorra majoração legal de preços; devendo a contratada se manifestar e, comprovadamente, demonstrar o desequilíbrio econômico - financeiro do contrato, cabendo ao contratante, justificadamente, aceitar ou não, aplicando-se a TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo ou outro índice em vigor, caso essa seja extinta.

15- DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1 - A fiscalização do contrato dar-se-á nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666 de 1993, será designado representante da **SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE** para acompanhar e fiscalizar a execução e entrega do serviço, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao mesmo e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

15.2 - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

15.3 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários à regularização eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16- DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DO PAGAMENTO

16.1- Os serviços deverão ser executados em conformidade com o cronograma de execução da emitido pela **SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE**, a partir da emissão da Ordem de Serviços.

16.2- Os serviços executados e/ou entregues pela licitante vencedora estarão sujeitos à aceitação plena pelo órgão recebedor.

16.3- A Contratada ficará obrigada a corrigir às suas expensas, imediatamente, sem ônus para a **CONTRATANTE**, o serviço que vier à ser recusado.

16.4 - O pagamento será efetuado em moeda nacional por meio de ordem bancária ou através de cheque nominal até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da execução e/ou entrega dos serviços, após a emissão por parte da **CONTRATADA** da Nota Fiscal e Recibo, devidamente atestados pelo Setor Competente, ficando sua liberação condicionada à total observância deste Contrato.

16.5 - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios apurados com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, no período compreendido entre a data prevista e a do efetivo pagamento, adotando-se o critério "pró-rata temporis" para as atualizações nos subperíodos inferiores a 30(trinta) dias.

16.6 - Serão descontados de (forma integral ou parcelada) sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registradas.

e



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**



17 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 17.1 - Solicitar a execução dos serviços objeto do contrato junto à contratada através da emissão de ordem de serviço;
- 17.2 - Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a lei federal nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores;
- 17.3 - Fiscalizar a execução e/ou entrega do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato;
- 17.4 - Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução e/ou entrega do objeto contratual;
- 17.5 - Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste termo;
- 17.6 - Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

18 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 18.1 - Executar os serviços do objeto em conformidade com as condições deste instrumento e da proposta de preços;
- 18.2 - Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 18.3 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução e/ou entrega do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução e/ou entrega do objeto contratual;
- 18.4 - Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução e/ou entrega do objeto contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual;
- 18.5 - Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 18.6 - Corrigir às suas expensas a execução e/ou entrega do objeto que comprovadamente apresente falhas ou se encontrem em desconformidade com as especificações deste Termo, no prazo fixado pela **SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE - SEJUV**, contado da sua notificação;

Q



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



19 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1- Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Multas de:

b.1) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa da LICITANTE VENCEDORA em assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela CONTRATANTE.

b.2) 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato, por dia de atraso na entrega do objeto contratual, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.3) 2% (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério da SECRETARIA REQUISITANTE, em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega dos materiais.

b.4) O valor da multa referida nestas cláusulas será descontado "ex-offício" da CONTRATADA, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que a CONTRATANTE promova sua reabilitação.

19.2- As sanções previstas nos itens antecedentes serão aplicadas pela autoridade competente, assegurados ao Contratado ou ao Adjudicatário, o contraditório e ampla defesa, nos seguintes prazos e condições:

a) de 05 (cinco) dias úteis nos casos de advertência e de suspensão, e de 10 (dez) dias úteis da abertura de vista do processo, no caso de declaração de inidoneidade para licitar com o Município de MORADA NOVA.

20- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

20.1- Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

20.2- Das decisões proferidas pelo Pregoeiro relativas à classificação e desclassificação de propostas de preços escritas e lances e à habilitação e inabilitação, caberá recurso administrativo dirigido à autoridade superior competente do órgão de origem desta licitação, que deverá ser registrada em Ata pelo titular ou representante legal do licitante, no final da sessão, constando o motivo e a síntese das suas razões, podendo o interessado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da interposição, no endereço constante da Prefeitura de MORADA NOVA, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

20.3- Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for ou estiver explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos em dia de expediente normal na Prefeitura de MORADA NOVA.

Q



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



21- DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

21.1. A Prefeitura Municipal de Morada Nova, poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial se a contratada:

- a) Deixar de iniciar os serviços por período superior a 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da ordem de início dos serviços;
- b) Executar os serviços em desacordo com as especificações exigidas;
- c) Não cumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas contratuais ou a legislação vigente;
- d) Cometer reiterados erros na execução dos serviços;
- e) Ceder ou transferir, no todo ou em parte, a prestação de serviços sem a expressa autorização da Contratante;
- f) Entrar em concordata, falência ou dissolução, ou recair no processo de insolvência sobre qualquer de seus dirigentes.

21.2. Declarada a rescisão contratual em decorrência de qualquer um dos fundamentos do item anterior, a contratada receberá exclusivamente o pagamento dos serviços executados e recebido, deduzido o valor correspondente às multas porventura existentes.

21.3. Não caberá a contratada indenização de qualquer espécie seja a que título for, se o contrato vier a ser rescindido em decorrência de descumprimento das normas nele estabelecidas.

21.4. Independentemente do disposto nesta cláusula, o contrato poderá ser rescindido por livre decisão da Prefeitura Municipal de Morada Nova, a qualquer época, sem que caiba a contratada o direito de reclamação ou indenização a qualquer título, garantindo-lhe apenas, o pagamento dos serviços executados e devidamente recebidos.

21.5. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

21.6. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

21.7- Os procedimentos de rescisão contratual, tanto amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurado contraditório e a ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da interessada para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados de seu recebimento e, na hipótese de desistir da defesa, interpor recurso hierárquico no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

22- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Fica assegurado à Entidade de Licitação o direito de:

22.1.1. Adiar a data de abertura da presente Licitação, dando conhecimento aos interessados, notificando-se, por escrito, às Licitantes que já tenham retirado o Edital, com a antecedência de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas, antes da data inicialmente marcada;

22.1.2. Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público, dando ciência aos interessados;



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

22.1.3. Alterar as condições deste Edital ou qualquer documento pertinente a este Pregão, fixando novo prazo, não inferior a 08 (oito) dias úteis, para a abertura das propostas, a contar da publicação das alterações.

22.2. A participação neste Pregão implicará aceitação integral e irretroatável das normas do Edital e seus anexos, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

22.3. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

22.4. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto nos §§ 1º e 2º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

22.5. A Contratada ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da Entidade de Licitação, reparando às suas custas os mesmos, durante a execução do contrato, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da Entidade de Licitação.

22.6. Todos os documentos apresentados neste certame deverão ser apresentados em original e/ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas; não será aceito em hipótese nenhuma, em nenhuma fase do certame, documentos autenticados pela forma eletrônica (AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA), em conformidade com o provimento nº 08/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

22.7 - Todas as declarações a serem apresentadas neste certame, deverão ter firma Reconhecida em cartório do responsável que emitiu as mesmas.

22.8 - O Edital completo e seus anexos estará disponível na sede da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de MORADA NOVA, localizada à Av. Manoel Castro, nº 726, Centro, MORADA NOVA, Ceará, ou através do site: www.tce.ce.gov.br

23 - DO FORO

23.1- Fica eleito o foro da Comarca de MORADA NOVA, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente edital, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

MORADA NOVA - CE, 06 de agosto de 2018.

JORGE AUGUSTO CARDOSO DO NASCIMENTO
Pregoeiro Oficial
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

e



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM EM DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS A SEREM EXECUTADOS POR OCASIÃO DA REALIZAÇÃO DE COMPETIÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE DO ESPORTE E JUVENTUDE - SEJUV DO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA - CE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADE CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

2.1. DESCRIÇÃO DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1.1. OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS NO ESTÁDIO MUNICIPAL PEDRO EYMARD, GINÁSIO COBERTO DR. JORGE LUIZ CHAGAS MAIA, GINÁSIOS COBERTOS PERTENCENTES ÀS ESCOLAS MUNICIPAIS, PISTA DE ATLETISMO E, OUTROS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA - CE, FICANDO AS ESCALAS DAS EQUIPES DE ARBITRAGEM PREVIAMENTE DEFINIDAS NO CONGRESSO TÉCNICO DE CADA COMPETIÇÃO, ONDE SERÃO ESTABELECIDOS OS LOCAIS E HORÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DOS JOGOS.

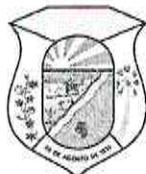
2.1.2. EM CASO DE NECESSIDADE DE MAIORES INFORMAÇÕES, CONTACTAR: SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE - SEJUV, LOCALIZADA À AV. MANOEL CASTRO, S/N, CENTRO, MORADA NOVA, CEARÁ, E-MAIL: esporteejuventude@moradanova.ce.gov.br, SECRETÁRIO DO ESPORTE E JUVENTUDE SENHOR ALEX SANDRO SARAIVA - FONE: (88) 988130115.

2.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS:

SERVIÇOS DE ARBITRAGEM

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	QUANT.
01.	FUTSAL: EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTSAL, COMPOSTA POR 03 (TRÊS) PESSOAS, SENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO. <i>O material individual necessário para a prestação dos serviços será de responsabilidade do prestador, como: apito, uniforme completo, cronômetro, bandeirinhas e cartões.</i>	JOGO	150
02.	HANDEBOL: EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE HANDEBOL, COMPOSTA POR 03 (TRÊS) PESSOAS, SENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO. <i>O material individual necessário para a prestação dos serviços será de responsabilidade do prestador, como: apito, uniforme completo, cronômetro, bandeirinhas e cartões.</i>	JOGO	30





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



03.	<u>FUTEBOL</u> : EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL, COMPOSTA POR 04 (QUATRO) PESSOAS, SENDO 01 (UM) ÁRBITRO, 02 (DOIS) ASSISTENTES E 01 (UM) MESÁRIO. <i>O material individual necessário para a prestação dos serviços será de responsabilidade do prestador, como: apito, uniforme completo, cronômetro, bandeirinhas e cartões.</i>	JOGO	130
04.	<u>BASQUETEBOL</u> : EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE BASQUETEBOL, COMPOSTA POR 03 (TRÊS) PESSOAS, SENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO. <i>O material individual necessário para a prestação dos serviços será de responsabilidade do prestador, como: apito, uniforme completo, cronômetro, bandeirinhas e cartões.</i>	JOGO	30
05.	<u>VOLEIBOL</u> : EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE VOLEIBOL, COMPOSTA POR 03 (TRÊS) PESSOAS, SENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO. <i>O material individual necessário para a prestação dos serviços será de responsabilidade do prestador, como: apito, uniforme completo, cronômetro, bandeirinhas e cartões.</i>	JOGO	35
06.	<u>ATLETISMO</u> : EQUIPE DE ARBITRAGEM DE ATLETISMO, COMPOSTA POR 07 (SETE) PESSOAS, PARA AS PROVAS DE PISTA E CAMPO (CORRIDA RASA, MEIO FUNDO E FUNDO, REVERZAMENTO, SALTO EM DISTÂNCIA, SALTO EM ALTURA E ARREMESSO DE PESO). <i>O material individual necessário para a prestação dos serviços será de responsabilidade do prestador, como: apito, uniforme completo, cronômetro, bandeirinhas e cartões.</i>	ETAPA	04

2.3. DOS PRAZOS:

2.3.1. OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS EM CONFORMIDADE COM O CRONOGRAMA DAS COMPETIÇÕES E DE ACORDO COM AS TABELAS DE JOGOS ELABORADAS NOS CONGRESSOS TÉCNICOS, ONDE AS EQUIPES DE ARBITRAGEM SERÃO IMEDIATAMENTE INFORMADAS PELA COORDENAÇÃO DOS JOGOS / SEJUV, DOS DIAS, LOCAIS E HORÁRIOS ESTABELECIDOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DEVENDO SER RIGOROSAMENTE OBEDECIDOS PELA CONTRATADA.

2.3.2. OS SERVIÇOS DEVERÃO SER ATESTADOS E RECEBIDOS PELO RESPONSÁVEL DA SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, APÓS SEREM EXECUTADOS COM EFICIÊNCIA E DENTRO DOS PRAZOS ESTABELECIDOS NAS ORDENS DE SERVIÇOS.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO IMEDIATA DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM EM DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS, A SEREM PRESTADOS POR OCASIÃO DA REALIZAÇÃO DE JOGOS EM COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELO MUNICÍPIO, PERTENCENTES AO CALENDÁRIO DE 2018, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE, VISANDO O ATENDIMENTO DAS DEMANDAS, QUE COMPÕE ESTE TERMO E, EM SE

e



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**



3.2. TRATANDO DE SERVIÇOS ESPECÍFICOS, FAZ-SE NECESSÁRIA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NESTA ATIVIDADE.

3.3. A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS EXPOSTAS NESTE TERMO JUSTIFICA-SE NO ATENDIMENTO DOS OBJETIVOS E DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E JUVENTUDE - SEJUV, TRATANDO-SE FUNDAMENTALMENTE NA PROMOÇÃO DE ESPORTE E LAZER AOS MUNICÍPES, E, AINDA, NUMA MAIOR TRANSPARÊNCIA E VISIBILIDADE DAS AÇÕES E TRABALHOS REALIZADOS NA SECRETARIA.

3.4. VALE SALIENTAR QUE, O LEVANTAMENTO DAS QUANTIDADES BASEOU-SE NA PREVISÃO ESTIMADA MEDIANTE A ANÁLISE DAS DEMANDAS DE ANOS ANTERIORES.

4. OBJETIVO

4.1. EM CUMPRIMENTO A LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, E QUE ESTE TERMO FORA ELABORADO, PARA QUE O PROCEDIMENTO LEGAL SEJA EFETUADO A SELEÇÃO DE PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, TENDO POR FINALIDADE DEFINIR ELEMENTOS QUE NORTEIAM A CONTRATAÇÃO EM EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DO PRESENTE TERMO.

4.2. O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA TEM POR OBJETIVO O LEVANTAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS, BUSCAR NO MERCADO O ORÇAMENTO DOS CUSTOS E INDICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA FIM DE BALIZAR A CONTRATAÇÃO, ASSIM COMO ESTABELECEER PRAZO, LOCAL DE EXECUÇÃO, CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO, FORMA DE PAGAMENTO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO CONTRATUAL DO OBJETO.

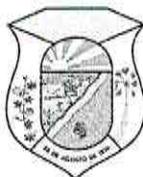
5. ORIGEM, MODALIDADE, CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

5.1. DEVERÁ SER ADOTADA A MODALIDADE LICITATÓRIA **PREGÃO** NA FORMA PRESENCIAL, TENDO COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR ITEM**, TUDO COM FUNDAMENTO DA LEI Nº. 10.520/02 C/C LEI Nº. 8.666/93 E DECRETOS FEDERAIS.

5.2. CABE RESSALTAR QUE A PRESENTE SEPARAÇÃO POR ITEM VISA PRESERVAR O PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE E O GANHO EM ESCALA, SEMPRE EM RESPEITO À MAIS AMPLA COMPETIÇÃO E CONFORME PREVISTO NO ART. 23 §§ 1º E 2º DA LEI Nº. 8.666/93.

6. VALOR TOTAL ESTIMADO

6.1. O CUSTO TOTAL PREVISTO PARA A PRESENTE CONTRATAÇÃO É DE **R\$ 51.183,30 (CINQUENTA E UM MIL CENTO E OITENTA E TRÊS REAIS E TRINTA CENTAVOS)**, BASEADO NA PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO REALIZADA PELO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA, DE ACORDO COM O DISCRIMINADO NO MAPA DE COTAÇÃO DE PREÇOS DATADO DE 25 DE JUNHO DE 2018.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



7. ORÇAMENTO DETALHADO

7.1. O PRESENTE ORÇAMENTO É BASEADO NA COTAÇÃO DE PREÇOS DE MERCADO REALIZADA PELO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA, CONFORME DISCRIMINADO NA TABELA ABAIXO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	QUANT.	VALOR MÉDIO UNIT.	VALOR MÉDIO TOTAL
01.	FUTSAL: EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTSAL, COMPOSTA POR 03 (TRÊS) PESSOAS, SENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO.	JOGO	150	123,33	18.499,50
02.	HANDEBOL: EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE HANDEBOL, COMPOSTA POR 03 (TRÊS) PESSOAS, SENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO.	JOGO	30	86,67	2.600,10
03.	FUTEBOL: EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL, COMPOSTA POR 04 (QUATRO) PESSOAS, SENDO 01 (UM) ÁRBITRO, 02 (DOIS) ASSISTENTES E 01 (UM) MESÁRIO.	JOGO	130	186,67	24.267,10
04.	BASQUETEBOL: EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE BASQUETEBOL, COMPOSTA POR 03 (TRÊS) PESSOAS, SENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO.	JOGO	30	70,00	2.100,00
05.	VOLEIBOL: EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE VOLEIBOL, COMPOSTA POR 03 (TRÊS) PESSOAS, SENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO.	JOGO	35	70,00	2.450,00
06.	ATLETISMO: EQUIPE DE ARBITRAGEM DE ATLETISMO, COMPOSTA POR 07 (SETE) PESSOAS, PARA AS PROVAS DE PISTA E CAMPO (CORRIDA RASA, MEIO FUNDO E FUNDO, REVERZAMENTO, SALTO EM DISTÂNCIA, SALTO EM ALTURA E ARREMESSO DE PESO).	ETAPA	04	316,67	1.266,68
VALOR MÉDIO TOTAL (R\$)					51.183,38

8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1.1. SOLICITAR A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DO CONTRATO JUNTO À CONTRATADA ATRAVÉS DA EMISSÃO DE ORDEM DE SERVIÇO;

8.1.2. PROPORCIONAR À CONTRATADA TODAS AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS AO PLENO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DO OBJETO CONTRATUAL, CONSOANTE ESTABELECE A LEI FEDERAL Nº. 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES;

8.1.3. FISCALIZAR A EXECUÇÃO E/OU ENTREGA DO OBJETO CONTRATUAL ATRAVÉS DE SUA UNIDADE COMPETENTE, PODENDO, EM DECORRÊNCIA, SOLICITAR PROVIDÊNCIAS DA CONTRATADA, QUE ATENDERÁ OU JUSTIFICARÁ DE IMEDIATO;

8.1.4. NOTIFICAR A CONTRATADA DE QUALQUER IRREGULARIDADE DECORRENTE DA EXECUÇÃO E/OU ENTREGA DO OBJETO CONTRATUAL;



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**



8.1.5. EFETUAR OS PAGAMENTOS DEVIDOS À CONTRATADA NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE TERMO;

8.1.6. APLICAR AS PENALIDADES PREVISTAS EM LEI E NESTE INSTRUMENTO.

8.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.2.1. EXECUTAR OS SERVIÇOS DO OBJETO EM CONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES DESTES INSTRUMENTO E DA PROPOSTA DE PREÇOS;

8.2.2. MANTER DURANTE TODA A EXECUÇÃO CONTRATUAL, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO;

8.2.3. RESPONSABILIZAR-SE PELOS DANOS CAUSADOS DIRETAMENTE À CONTRATANTE OU A TERCEIROS, DECORRENTES DA SUA CULPA OU DOLO, QUANDO DA EXECUÇÃO E/OU ENTREGA DO OBJETO, NÃO PODENDO SER ARGUIDO PARA EFEITO DE EXCLUSÃO OU REDUÇÃO DE SUA RESPONSABILIDADE O FATO DE A CONTRATANTE PROCEDER À FISCALIZAÇÃO OU ACOMPANHAR A EXECUÇÃO E/OU ENTREGA DO OBJETO CONTRATUAL;

8.2.4. RESPONDER POR TODAS AS DESPESAS DIRETAS E INDIRETAS QUE INCIDAM OU VENHAM A INCIDIR SOBRE A EXECUÇÃO E/OU ENTREGA DO OBJETO CONTRATUAL, INCLUSIVE AS OBRIGAÇÕES RELATIVAS A SALÁRIOS, PREVIDÊNCIA SOCIAL, IMPOSTOS, ENCARGOS SOCIAIS E OUTRAS PROVIDÊNCIAS, RESPONDENDO OBRIGATORIAMENTE PELO FIEL CUMPRIMENTO DAS LEIS TRABALHISTAS E ESPECÍFICAS DE ACIDENTES DO TRABALHO E LEGISLAÇÃO CORRELATA, APLICÁVEIS AO PESSOAL EMPREGADO NA EXECUÇÃO CONTRATUAL;

8.2.5. PRESTAR IMEDIATAMENTE AS INFORMAÇÕES E OS ESCLARECIMENTOS QUE VENHAM A SER SOLICITADOS PELA CONTRATANTE, SALVO QUANDO IMPLICAREM EM INDAGAÇÕES DE CARÁTER TÉCNICO, HIPÓTESE EM QUE SERÃO RESPONDIDAS NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS;

8.2.6. CORRIGIR ÀS SUAS EXPENSAS A EXECUÇÃO E/OU ENTREGA DO OBJETO QUE COMPROVADAMENTE APRESENTE FALHAS OU SE ENCONTREM EM DESCONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DESTES TERMOS, NO PRAZO FIXADO PELA **SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE - SEJUV**, CONTADO DA SUA NOTIFICAÇÃO;

9. DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1- OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS EM CONFORMIDADE COM O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA EMITIDO PELA SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE, A PARTIR DA EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇOS.

9.2- OS SERVIÇOS EXECUTADOS E/OU ENTREGUES PELA LICITANTE VENCEDORA ESTARÃO SUJEITOS À ACEITAÇÃO PLENA PELO ÓRGÃO RECEBEDOR.

9.3- A CONTRATADA FICARÁ OBRIGADA A CORRIGIR ÀS SUAS EXPENSAS, IMEDIATAMENTE, SEM ÔNUS PARA A CONTRATANTE, O SERVIÇO QUE VIER À SER RECUSADO.

Q



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



9.4 - O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM MOEDA NACIONAL POR MEIO DE ORDEM BANCÁRIA OU ATRAVÉS DE CHEQUE NOMINAL ATÉ O 15º (DÉCIMO QUINTO) DIA DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA EXECUÇÃO E/OU ENTREGA DOS SERVIÇOS, APÓS A EMISSÃO POR PARTE DA CONTRATADA DA NOTA FISCAL E RECIBO, DEVIDAMENTE ATESTADOS PELO SETOR COMPETENTE, FICANDO SUA LIBERAÇÃO CONDICIONADA À TOTAL OBSERVÂNCIA DESTES CONTRATOS.

9.5 - OCORRENDO ATRASO NO PAGAMENTO, DESDE QUE A **CONTRATADA** NÃO TENHA CONCORRIDO, DE ALGUMA FORMA, PARA O ATRASO, O VALOR DEVIDO DEVERÁ SER ACRESCIDO DE ENCARGOS MORATÓRIOS APURADOS COM BASE NA VARIAÇÃO DO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA (IGP-DI), DIVULGADO PELA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A DATA PREVISTA E A DO EFETIVO PAGAMENTO, ADOTANDO-SE O CRITÉRIO "PRÓ-RATA TEMPORIS" PARA AS ATUALIZAÇÕES NOS SUBPERÍODOS INFERIORES A 30 (TRINTA) DIAS.

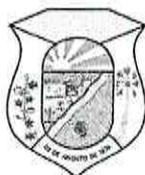
9.6 - SERÃO DESCONTADOS DE (FORMA INTEGRAL OU PARCELADA) SOBRE O VALOR DA FATURA, OS VALORES DECORRENTES DE INDENIZAÇÕES OU DE MULTAS EVENTUALMENTE REGISTRADAS.

10. PERÍODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 - OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS NO PERÍODO DE AGOSTO À NOVEMBRO DE 2018, CONFORME DISCRIMINADO NA TABELA ABAIXO:

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

MODALIDADE	COMPETIÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	QUANT. JOGOS/ETAPAS ESTIMADOS
FUTEBOL	CAMPEONATO MORADANOVENSE DE FUTEBOL - 1ª DIVISÃO.	AGO À OUT / 2018	35
	CAMPEONATO MORADANOVENSE DE FUTEBOL - 2ª DIVISÃO.	SET À NOV / 2018	35
	CAMPEONATO DE FUTEBOL - SUB 20.	AGOSTO / 2018	15
	JOGOS INTERCOLEGIAIS (INTERCOL).	SETEMBRO / 2018	45
FUTSAL	FESTIVAL ESCOLAR DE FUTSAL SUB 10 E SUB 12 - FASE PEDRAS.	SETEMBRO / 2018	15
	JOGOS INTERCOLEGIAIS (INTERCOL) - SUB 13 E SUB 16 (MASCULINO E FEMININO)	SETEMBRO / 2018	110
	FESTIVAL ESCOLAR DE FUTSAL SUB 10 E SUB 12 - FASE FINAL	AGOSTO / 2018	25
BASQUETE	XIV CAMPEONATO DO INTERIOR - FASE CLASSIFICATÓRIA.	AGOSTO / 2018	02
	JOGOS INTERCOLEGIAIS (INTERCOL) SUB 13 E SUB 16 (MASCULINO E FEMININO).	SETEMBRO / 2018	24
	XIV CAMPEONATO DO INTERIOR - FASE FINAL.	OUTUBRO / 2018	04



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



HANDEBOL	JOGOS INTERCOLEGIAIS (INTERCOL) - SUB 13 E SUB 16 (MASCULINO E FEMININO).	SETEMBRO / 2018	18
	CAMPEONATO CEARENSE DE HANDEBOL ADUTO - FASE CLASSIFICATÓRIA.	OUTUBRO / 2018	12
VOLEIBOL	JOGOS INTERCOLEGIAIS (INTERCOL) - SUB 13 E SUB 16 (MASCULINO E FEMININO).	SETEMBRO / 2018	35
ATLETISMO	JOGOS INTERCOLEGIAIS (INTERCOL) SUB 13 E SUB 16 (MASCULINO E FEMININO).	SETEMBRO / 2018	04

10.2- O CONTRATO TERÁ UM PRAZO DE VIGÊNCIA ATÉ **31 DE DEZEMBRO DE 2018**, A CONTAR DA DATA DA SUA ASSINATURA, PODENDO SER ADITADO NOS CASOS PREVISTOS NO ART. 57 DA LEI FEDERAL NO. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

11. DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO EXPRESSA, SOB AS PENALIDADES CABÍVEIS, AFIRMANDO A INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PARA SUA HABILITAÇÃO NESTE CERTAME, GARANTINDO AINDA ESTAR CIENTE DA OBRIGATORIEDADE DE INFORMAR ACERCA DE OCORRÊNCIAS POSTERIORES.

DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO MANTÉM EM SEUS QUADROS FUNCIONAIS MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS EM TRABALHO NOTURNO, INSALUBRE, PERIGOSO OU PENOSO, E MENORES DE 14 (QUATORZE) ANOS, EM QUALQUER TRABALHO, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ, NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

A) HABILITAÇÃO JURÍDICA

A.1) **REGISTRO COMERCIAL**, NO CASO DE EMPRESA, NO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESA MERCANTIL DA JUNTA COMERCIAL; DEVENDO, NO CASO DA LICITANTE SER A SUCURSAL, FILIAL OU AGÊNCIA, APRESENTAR O REGISTRO DA JUNTA ONDE OPERA COM AVERBAÇÃO NO REGISTRO DA JUNTA ONDE TEM SEDE A MATRIZ, ACOMPANHADO DA(S) CÓPIA(S) DO(S) CPF E RG DO(S) SÓCIO(S) DA EMPRESA.

A.2) **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** EM VIGOR, DEVIDAMENTE REGISTRADO NO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESA MERCANTIL DA JUNTA COMERCIAL, EM SE TRATANDO DE SOCIEDADES EMPRESÁRIAS E, NO CASO DE SOCIEDADES POR AÇÕES, ACOMPANHADO DE DOCUMENTOS DE ELEIÇÃO DE SEUS ADMINISTRADORES; DEVENDO, NO CASO DA LICITANTE SER A SUCURSAL, FILIAL OU AGÊNCIA, APRESENTAR O REGISTRO DA JUNTA ONDE OPERA COM AVERBAÇÃO NO REGISTRO DA JUNTA ONDE TEM SEDE A MATRIZ, ACOMPANHADO DA(S) CÓPIA(S) DO(S) CPF E RG DO(S) SÓCIO(S) DA EMPRESA..

A.3) **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, NO CASO DE SOCIEDADES SIMPLES - EXCETO COOPERATIVAS - NO CARTÓRIO DE REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS ACOMPANHADA DE PROVA DA DIRETORIA EM EXERCÍCIO; DEVENDO, NO CASO DA LICITANTE SER A SUCURSAL, FILIAL OU AGÊNCIA, APRESENTAR O REGISTRO NO CARTÓRIO DE REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS DO ESTADO ONDE OPERA COM AVERBAÇÃO NO CARTÓRIO ONDE TEM SEDE A MATRIZ.

A.4) **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, EM SE TRATANDO DE EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA EM FUNCIONAMENTO NO PAÍS, E ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO EXPEDIDO PELO ÓRGÃO COMPETENTE, QUANDO A ATIVIDADE ASSIM O EXIGIR.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



A.5) **REGISTRO NA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS**, NO CASO DE COOPERATIVA, ACOMPANHADO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS:

B) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

B.1) APRESENTAR O **BALANÇO PATRIMONIAL** E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL (2017), JÁ EXIGÍVEIS E APRESENTADOS NA FORMA DA LEI, DEVIDAMENTE REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL, QUE COMPROVEM A BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA, VEDADA A SUA SUBSTITUIÇÃO POR BALANCETES OU BALANÇOS PROVISÓRIOS, O BALANÇO DEVERÁ SER ACOMPANHADO DOS TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO DO LIVRO DIÁRIO - ESTES TERMOS DEVIDAMENTE REGISTRADOS NA JUNTA COMERCIAL - CONSTANDO AINDA, PODENDO SER ATUALIZADOS POR ÍNDICES OFICIAIS QUANDO ENCERRADOS HÁ MAIS DE TRÊS MESES DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, NA FORMA DO ARTIGO 31, INCISO I, DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, E, OU, NO CASO DE EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, DECLARADA EM CREDENCIAMENTO, PODERÁ APRESENTAR: CÓPIA DA DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOCIOECONÔMICAS E FISCAIS (DEFIS) DE PESSOA JURÍDICA E RESPECTIVO RECIBO DE ENTREGA EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA GERADOR DE DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO O SIMPLES NACIONAL;

B.2) NO CASO DE SOCIEDADE POR AÇÕES, O BALANÇO DEVERÁ SER ACOMPANHADO DA PUBLICAÇÃO EM JORNAL OFICIAL, EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO E DO REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL;

B.3) NO CASO DAS DEMAIS SOCIEDADES EMPRESARIAIS, O BALANÇO DEVERÁ SER ACOMPANHADO DOS TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO DO LIVRO DIÁRIO - ESTES TERMOS DEVIDAMENTE REGISTRADOS NA JUNTA COMERCIAL - CONSTANDO AINDA, NO BALANÇO, O NÚMERO DO LIVRO DIÁRIO E DAS FOLHAS NOS QUAIS SE ACHA TRANSCRITO POR CONTADOR REGISTRADO NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE E PELO TITULAR OU REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA;

B.4) NO CASO DE EMPRESA RECÉM-CONSTRUÍDA (HÁ MENOS DE 01 ANO), DEVERÁ SER APRESENTADO O BALANÇO DE ABERTURA ACOMPANHADO DOS TERMOS DE ABERTURA DEVIDAMENTE REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL, CONSTANDO NO BALANÇO O NÚMERO DO LIVRO E DAS FOLHAS NOS QUAIS SE ACHA TRANSCRITO OU AUTENTICADO NA JUNTA COMERCIAL, DEVENDO SER ASSINADO POR CONTADOR REGISTRADO NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE E PELO TITULAR OU REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA.

B.5) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA OU CONCORDATA** EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR, OU DISTRIBUIDORES, SE FOR O CASO, DA SEDE DA PESSOA JURÍDICA.

I) NO CASO DA LICITANTE SER FILIAL TERÁ QUE APRESENTAR AS CERTIDÕES DE SUA FILIAL E MATRIZ.

II) NO CASO DE COOPERATIVA, ESTÁ DISPENSADA A APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO EXIGIDA NO ITEM "B.5" ACIMA.

C) REGULARIDADE FISCAL

C.1) CARTÃO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA - CNPJ;

C.2) PROVA DE INSCRIÇÃO JUNTO À FAZENDA ESTADUAL OU MUNICIPAL OU DOCUMENTO DE ISENÇÃO;

C.3) PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL DA SEDE OU FILIAL DO LICITANTE, EXPEDIDOS PELOS ÓRGÃOS ABAIXO RELACIONADOS E DENTRO DOS SEUS PERÍODOS DE VALIDADE, DEVENDO OS MESMOS APRESENTAREM **IGUALDADE DE CNPJ**.





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



I) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS À TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.

II) CERTIDÃO QUANTO À DÍVIDA ATIVA DO ESTADO, OU EQUIVALENTE, REFERENTE AO ICMS, EXPEDIDA PELA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO;

III) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELO SETOR COMPETENTE DO MUNICÍPIO DA SEDE DO DOMICÍLIO DO LICITANTE.

C.4) A PROVA DE SITUAÇÃO REGULAR FISCAL PERANTE A FAZENDA NACIONAL (CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO), ALTERADA PELA PORTARIA CONJUNTA RFB/PGFN Nº 1.751 DE 02/10/2014; ENCONTRADA NO SITE: PORTCONJUNTARFBPGFN18212014.HTM.

C.5) CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRF) OU EQUIVALENTE, PERANTE O GESTOR DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS), DA JURISDIÇÃO DA SEDE OU FILIAL DO LICITANTE, DEVENDO O MESMO TER IGUALDADE DE CNPJ COM OS DEMAIS DOCUMENTOS APRESENTADOS NA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL.

C.6) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), DA JURISDIÇÃO DA SEDE OU FILIAL DO LICITANTE, DEVENDO O MESMO TER IGUALDADE DE CNPJ COM OS DEMAIS DOCUMENTOS APRESENTADOS NA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL.

C.7) OS DOCUMENTOS REFERENTES À REGULARIDADE FISCAL DEVERÃO APRESENTAR **IGUALDADE DE CNPJ** RESSALVANDO-SE AQUELE QUE O PRÓPRIO ÓRGÃO EMISSOR DECLARA EXPRESSAMENTE NO REFERIDO DOCUMENTO QUE ELE É VÁLIDO PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS - SEDE E FILIAIS DA LICITANTE.

C.8) CASO HAJA DOCUMENTOS REDIGIDOS EM IDIOMA ESTRANGEIRO, OS MESMOS SOMENTE SERÃO CONSIDERADOS SE FOREM ACOMPANHADOS DA VERSÃO EM PORTUGUÊS FIRMADA POR TRADUTOR JURAMENTADO.

C.9) AS CERTIDÕES DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE, EXIGIDAS NESTE EDITAL, QUE NÃO APRESENTAREM EXPRESSAMENTE O SEU PERÍODO DE VALIDADE, DEVERÃO TER SIDO EMITIDAS NOS **30 (TRINTA) DIAS ANTERIORES À DATA DE ABERTURA DO CERTAME**.

D) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

D.1) APRESENTAR PELO MENOS **01 (UM) ATESTADO** FORNECIDO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, COM TIMBRE, COMPROVANDO APTIDÃO PELO CONCORRENTE PARA DESEMPENHO DE ATIVIDADE COMPATÍVEL COM O OBJETO DA LICITAÇÃO.

E) DEMAIS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

E.1) APRESENTAR MEMORIAL FOTOGRÁFICO **SEDE DA EMPRESA (FACHADA E PARTES INTERNAS)** E ALGUM DOCUMENTO DE ÁGUA, LUZ, TELEFONE, OUTROS, QUE COMPROVE O FUNCIONAMENTO DA EMPRESA A PARTICIPANTE DO CERTAME.

E.1.1) A COMPROVAÇÃO DO DOCUMENTO TERÁ QUE SER EMITIDO COM A MESMA RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA, NÃO SERÃO ACEITOS DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÃO DE ENDEREÇO EMITIDOS EM HIPÓTESE ALGUMA EM NOME DE PESSOA FÍSICA, MESMOS ESTAS SENDO SÓCIO(S) E OU PROPRIETÁRIO DA EMPRESA.

E.2) ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO EMITIDO PELO ÓRGÃO COMPETENTE DE CADA MUNICÍPIO DA EMPRESA PROPONENTE.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



10. REAJUSTE OU REPACTUAÇÃO

11.1. NÃO HAVERÁ REAJUSTE DE PREÇOS, PODENDO OCORRER REVISÃO DOS MESMOS NA HIPÓTESE DE OCORRÊNCIA DE FATOS IMPREVISÍVEIS OU PREVISÍVEIS, PORÉM DE CONSEQÜÊNCIAS INCALCULÁVEIS DURANTE A GESTÃO CONTRATUAL, BEM COMO OCORRA MAJORAÇÃO LEGAL DE PREÇOS; DEVENDO A CONTRATADA SE MANIFESTAR E, COMPROVADAMENTE, DEMONSTRAR O DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO DO CONTRATO, CABENDO AO CONTRATANTE, JUSTIFICADAMENTE, ACEITAR OU NÃO, APLICANDO-SE A TJLP - TAXA DE JUROS DE LONGO PRAZO OU OUTRO ÍNDICE EM VIGOR, CASO ESSA SEJA EXTINTA.

11. FISCALIZAÇÃO

12.1. A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DAR-SE-Á NOS TERMOS DO ART. 67 DA LEI FEDERAL 8.666 DE 1993, SERÁ DESIGNADO REPRESENTANTE DA **SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE** PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO E ENTREGA DO SERVIÇO, ANOTANDO EM REGISTRO PRÓPRIO TODAS AS OCORRÊNCIAS RELACIONADAS AO MESMO E DETERMINANDO O QUE FOR NECESSÁRIO À REGULARIZAÇÃO DE FALHAS OU DEFEITOS OBSERVADOS.

12.2. A FISCALIZAÇÃO NÃO EXCLUI NEM REDUZ A RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA, INCLUSIVE PERANTE TERCEIROS, POR QUALQUER IRREGULARIDADE, AINDA QUE RESULTE DE IMPERFEIÇÕES TÉCNICAS OU VÍCIOS REDIBITÓRIOS, E, NA OCORRÊNCIA DESTA, NÃO IMPLICA CORRESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO OU DE SEUS AGENTES E PREPOSTOS, DE CONFORMIDADE COM O ART. 70 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

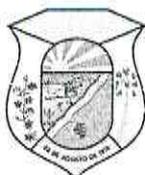
12.3. O REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO ANOTARÁ EM REGISTRO PRÓPRIO TODAS AS OCORRÊNCIAS RELACIONADAS COM A EXECUÇÃO DO CONTRATO, INDICANDO DIA, MÊS E ANO, BEM COMO O NOME DOS FUNCIONÁRIOS À REGULARIZAÇÃO EVENTUALMENTE ENVOLVIDOS, DETERMINANDO O QUE FOR NECESSÁRIO À REGULARIZAÇÃO DAS FALHAS OU DEFEITOS OBSERVADOS E ENCAMINHANDO OS APONTAMENTOS À AUTORIDADE COMPETENTE PARA AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS.

13. RESPONSÁVEL PELO TERMO

NOME: JOSÉ ARAÚJO DE OLIVEIRA JÚNIOR
CARGO: CHEFE DE NÚCLEO ADMINISTRATIVO
MATRÍCULA: 1393970

Aprovo T. R. em: 24/02/2018

Alex Sandro Saraiva
SECRETÁRIO DO ESPORTE E JUVENTUDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº. _____

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA,
ATRAVÉS DA SECRETARIA _____,
E DO OUTRO LADO A EMPRESA
_____, QUE ASSIM PARA O FIM QUE A
SEGUIR DECLARAM:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA, através da Secretaria de _____, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representado pelo (a) Secretário(a) de _____, Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº. _____, doravante denominado de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa _____, com sede à _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, representada por _____, portador(a) CPF nº. _____, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com o Edital de **PREGÃO PRESENCIAL** Nº. _____, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, de 17 de julho de 2002, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1- Fundamenta-se este contrato no **PREGÃO PRESENCIAL** Nº _____, pelas disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 – Lei que Regulamenta o Pregão, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterados pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, Decreto nº 5.450, de 31/05/2005 e tem como subsidiária a Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores – Lei de Licitações, da Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor, Decreto nº 6.204/07, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, Lei Federal nº 155/2016, de 27 de outubro de 2016, Lei Federal 12.440 de 07 de julho de 2011 que altera o título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho e demais normas pertinentes e, ainda, pelas disposições estabelecidas no presente edital e seus anexos.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- Constitui objeto do presente contrato a _____, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DO EDITAL.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1- A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pela execução do objeto deste contrato o Valor Total de R\$ _____ (_____), sujeito às incidências tributárias legais, conforme discriminado na tabela abaixo:

(INSERIR TABELA)



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**



CLÁUSULA QUARTA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

4.1- O presente contrato terá um prazo de vigência até **31 de dezembro de 2018**, a contar da data da sua assinatura, podendo ser aditado nos casos previstos no art. 57 da Lei Federal no. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA - DA FONTE DE RECURSOS

5.1 - As despesas decorrentes do contrato a ser celebrado com a licitante vencedora, correrão por conta da **Dotação Orçamentária** nº: _____ - _____; **Elemento de Despesas:** _____ - _____, com recursos _____ da PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA, consignados no Orçamento de 2018.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

6.1- Não haverá reajuste de preços, podendo ocorrer revisão dos mesmos na hipótese de ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis durante a gestão contratual, bem como ocorra majoração legal de preços; devendo a contratada se manifestar e, comprovadamente, demonstrar o desequilíbrio econômico - financeiro do contrato, cabendo ao contratante, justificadamente, aceitar ou não, aplicando-se a TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo ou outro índice em vigor, caso essa seja extinta.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1 - A fiscalização do contrato dar-se-á nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666 de 1993, será designado representante da **SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE** para acompanhar e fiscalizar a execução e entrega do serviço, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao mesmo e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.2 - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários à regularização eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA - DA ENTREGA DO OBJETO E DO PAGAMENTO

8.1- Os serviços deverão ser executados em conformidade com o cronograma de execução da emitido pela **SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE**, a partir da emissão da Ordem de Serviços.

8.2- Os serviços executados e/ou entregues pela licitante vencedora estarão sujeitos à aceitação plena pelo órgão receptor.

8.3- A Contratada ficará obrigada a corrigir às suas expensas, imediatamente, sem ônus para a CONTRATANTE, o serviço que vier à ser recusado.

8.4 - O pagamento será efetuado em moeda nacional por meio de ordem bancária ou através de cheque nominal até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da execução e/ou entrega dos serviços,



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



após a emissão por parte da CONTRATADA da Nota Fiscal e Recibo, devidamente atestados pelo Setor Competente, ficando sua liberação condicionada à total observância deste Contrato.

8.5 - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios apurados com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, no período compreendido entre a data prevista e a do efetivo pagamento, adotando-se o critério "pró-rata temporis" para as atualizações nos subperíodos inferiores a 30(trinta) dias.

8.6 - Serão descontados de (forma integral ou parcelada) sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registradas.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 - Solicitar a execução dos serviços objeto do contrato junto à contratada através da emissão de ordem de serviço;

9.2 - Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a lei federal nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

9.3 - Fiscalizar a execução e/ou entrega do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato;

9.4 - Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução e/ou entrega do objeto contratual;

9.5 - Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste termo;

9.6 - Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 - Executar os serviços do objeto em conformidade com as condições deste instrumento e da proposta de preços;

10.2 - Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.3 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução e/ou entrega do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a **CONTRATANTE** proceder à fiscalização ou acompanhar a execução e/ou entrega do objeto contratual;

10.4 - Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução e/ou entrega do objeto contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual;



**ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA**



10.5 - Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.6 - Corrigir às suas expensas a execução e/ou entrega do objeto que comprovadamente apresente falhas ou se encontrem em desconformidade com as especificações deste Termo, no prazo fixado pela SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE - SEJUV, contado da sua notificação;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1- Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Multas de:

b.1) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa da LICITANTE VENCEDORA em assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela CONTRATANTE

b.2) 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato, por dia de atraso na entrega do objeto contratual, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.3) 2% (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério da Secretaria requisitante, em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega dos produtos.

b.4) O valor da multa referida nestas cláusulas será descontado "ex-offício" da CONTRATADA, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que a CONTRATANTE promova sua reabilitação.

11.2- As sanções previstas nos itens antecedentes serão aplicadas pela autoridade competente, assegurados ao Contratado ou ao Adjudicatário, o contraditório e ampla defesa, nos seguintes prazos e condições:

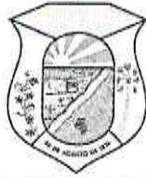
a) de 05 (cinco) dias úteis nos casos de advertência e de suspensão; e, de 10(dez) dias úteis da abertura de vista do processo, no caso de declaração de inidoneidade para licitar com o Município de MORADA NOVA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

12.1 - A rescisão contratual poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



c) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1- Fica eleito o foro da Comarca de MORADA NOVA, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente edital, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acertados as partes, firmam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias para que possa produzir os efeitos legais.

MORADA NOVA (CE), ____ de _____ de ____.

Secretaria _____
Prefeitura Municipal de MORADA NOVA
CONTRATANTE

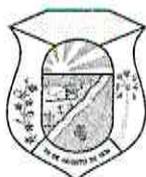
Nome do Representante
Nome da Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01. _____
Nome:
CPF/MF:

02. _____
Nome:
CPF/MF:

e



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



ANEXO III- FICHA DE CREDENCIAMENTO

MODALIDADE: Pregão Presencial nº _____

OBJETO: _____ acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I - Termo de Referência do Edital.

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE			
NOME DE FANTASIA:			
CNPJ:			
ENDEREÇO COMPLETO:		Nº	
BAIRRO:	CIDADE:	CEP:	
FONE/FAX:			
ENDEREÇO ELETRÔNICO DO LICITANTE:			
DADOS CREDENCIADO:			
RG Nº:			
CPF Nº:			

e



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º _____

A empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____, com sede _____, declara, sob as penas da lei, que atenderá às exigências do Edital no que se refere a habilitação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira, e que está regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, FGTS e CNDT.

_____, ____ de _____ de 20__

(Assinatura e identificação do declarante)



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES

PREGÃO PRESENCIAL N.º _____

A empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____, com sede _____, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ de _____ de 20__.

(Assinatura e identificação do declarante)



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



ANEXO VI

DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CF

DECLARAÇÃO

A empresa _____, CNPJ nº. _____, com sede _____ declara, em atendimento ao previsto no edital do Pregão Presencial n.º _____ que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.

_____, ____ de _____ de 20__

(Assinatura e identificação do declarante)

OBS.: Se a empresa possuir menor de 16 (dezesesseis) anos, na condição de aprendiz, desde que maior de 14 (quatorze) anos, deverá declarar essa condição.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE
MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº _____

A empresa _____, CNPJ n.º _____, com sede _____, Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, que estou (amos) sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147, de 07 de Agosto de 2014, Lei Federal n.º 155/2016, de 27 de outubro de 2016.

_____, ____ de _____ de 20__

(Assinatura e identificação do Declarante)



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



ANEXO VIII
MODELO DE PROPOSTA

Através do presente declaramos inteira submissão aos ditames Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiada pela Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações e, às cláusulas e condições previstas neste Pregão Presencial nº _____.

Declaramos, ainda que nos preços apresentados, bem como nos lances verbais, estão incluídos todos os custos e despesas de impostos, taxas, entre outros.

Assumimos o compromisso de bem e fielmente executar o objeto desta licitação, caso sejamos vencedores da presente licitação.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UND.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR UNIT. (POR EXTENSO)	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR TOTAL (POR EXTENSO)
VALOR TOTAL GERAL (R\$)							

PROPONENTE:

ENDEREÇO:

CNPJ Nº:

VALOR TOTAL GERAL: R\$ (_____).

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

DADOS BANCÁRIOS:

DATA:

(Assinatura do Representante Legal, Carimbo da Empresa Licitante)



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA



ANEXO IX (*)

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO
COM O MUNICÍPIO DE MORADA NOVA.**

PREGÃO PRESENCIAL Nº _____

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à _____, ocupante do cargo de _____, da empresa _____, inscrita com o CNPJ nº _____, com sede à _____, declaro para os devidos fins que não tenho **nenhum vínculo empregatício de nenhuma natureza**, com a Prefeitura Municipal de Morada Nova.

_____, ____ de ____ de 20__

ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

(*) A Declaração será assinada por todos os sócios da empresa (SEPARADAMENTE), se for o caso.

Q